



Presidente do Senado diz a Alexandre de Moraes que questionamentos sobre a segurança do sistema “não têm base”. Tema volta à agenda do presidente do TSE em encontro, hoje, com o ministro da Defesa

Pacheco sobre urnas: “Plena confiança”

» LUANA PATRIOLINO

O presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), defendeu o processo de votação do país, após reunião com o ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na tarde de ontem. O parlamentar reafirmou que não há registro de fraudes nas urnas eletrônicas e ainda citou o feriado de 7 de Setembro. Pacheco ressaltou que, desde 1996, ano da implantação das máquinas de coleta de votos, não houve nenhum motivo que dessem margem para desconfianças. O senador disse que tem “plena confiança” que a eleição vai ocorrer dentro da normalidade.

“Não há nenhum tipo de fato que possa desacreditar ou deslegitimar esse método (sistema eletrônico de votação). Não há base que demonstre justa causa em questionamentos feitos ao sistema eleitoral”, destacou.

O presidente do Congresso disse que não tratou, com Moraes, das sugestões das Forças Armadas ao sistema eleitoral. Para ele, não haverá questionamentos ao resultado das urnas. “Naturalmente, as instituições têm que cuidar de todas as hipóteses, possibilidades e perspectivas. Mas, a perspectiva que nós temos é que a maturidade política brasileira, a força das instituições, a força da nossa democracia prevalecerão sobre qualquer tipo de arroubo de retrocesso democrático.”

Sobre o Sete de Setembro, Pacheco acredita que o feriado deve ser pacífico, sem incitação à violência e atos antidemocráticos.

“O que nós esperamos é que haja manifestações ordeiras, pacíficas, legítimas, respeitamos tudo isso. Naturalmente, as questões de segurança em razão de eventuais excessos que podem acontecer por grupos, que, não tenho dúvida, são minoritários, é papel das forças de segurança de cada um dos

Pedro Gontijo/Agência Senado



Alexandre de Moraes com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco: eleições “dentro da normalidade”



A perspectiva que nós temos é que a maturidade política brasileira, a força das instituições, a força da nossa democracia prevalecerão sobre qualquer tipo de arroubo de retrocesso democrático.”

Rodrigo Pacheco,
presidente do Senado

estados por meio de suas políticas, inibir qualquer tipo de atitude que não seja democrática e republicana”, disse.

Forças Armadas

Moraes vai se encontrar, na tarde de hoje, com as Forças Armadas para discutir sobre a segurança das urnas eletrônicas. A reunião simboliza uma tentativa de diálogo de aproximação entre os Poderes — que têm a relação estreitada por conta do papel dos militares no processo eleitoral brasileiro.

O Ministério da Defesa deve insistir na necessidade de melhorar da segurança do sistema de votação. O chefe da pasta, Paulo Sérgio Nogueira, fez a solicitação para o encontro há meses, mas não obteve resposta positiva do ministro Edson Fachin, que estava na presidência do TSE até semana passada.

Fachin alegou que a reunião poderia significar privilégio para

as Forças Armadas diante de outros integrantes do Comitê de Transparência Eleitoral (CTE). O grupo é formado por diversas entidades, com representantes do Ministério Público Federal (MPF), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Congresso Nacional, Polícia Federal e universidades, entre outros.

Nogueira deve apresentar a Moraes demandas da Defesa para as eleições de outubro, como o aperfeiçoamento da segurança e da transparência do processo eleitoral. Moraes ainda deve se reunir, hoje, com o diretor-geral da Polícia Federal, Marcio Nunes.

Alexandre de Moraes assumiu o comando do TSE na terça-feira passada e disse que fará um combate “implacável” às fake news contra o sistema de votação. O magistrado afirmou que trabalhará de modo firme e sereno durante o pleito e exaltou a condenação a propagação do discurso de ódio no país.

Ministro quer nomes que ameaçam STF

Reprodução/Facebook

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes determinou, ontem, que a Polícia Federal identifique os membros de um grupo da rede social Telegram chamado *Caçadores de ratos do STF*. A corporação tem até 15 dias para apresentar um relatório à Corte com os nomes dos responsáveis. Entre os participantes do grupo estava Ivan Rejane Fonte Boa Pinto — preso em julho, em Belo Horizonte (MG), por ameaçar os magistrados do STF.

Segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), o grupo tinha 159 participantes. A Polícia também deverá analisar o teor das mensagens trocadas na plataforma. O material foi descoberto após a PF apreender o celular e o computador de Ivan Rejane.

A investigação apontou que ele participava de grupos e listas de transmissão nas quais interagiam com outros apoiadores, com a “intenção de potencializar o compartilhamento dos vídeos, imagens e textos produzidos, na maioria das vezes, com conteúdo criminoso, proferindo ofensas, intimidações, ameaças e imputando fatos criminosos a ministros do STF e integrantes de partidos políticos à esquerda do espectro ideológico”.

Moraes acatou a recomendação para identificar os participantes. “Diante do exposto, acolho a manifestação da Procuradoria-Geral da República e determino que sejam os autos encaminhados ao delegado de Polícia Federal Fábio Alvarez Shor para



Ivan Rejane: suspeito de integrar o grupo “Caçadores de ratos do STF” já havia sido preso em julho por ameaças

que, no prazo de 15 dias, realize a análise do teor de mensagens trocadas e identifique todos os integrantes do grupo no Telegram *Caçadores de ratos do STF*”, determinou o ministro.

Vídeo provocador

Em julho deste ano, Ivan Rejane publicou um vídeo nas redes sociais intitulado *7 de Setembro*

de 2022 no qual, além de ameaçar ministros do Supremo, declarou que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve andar “armado até o talo” porque ele e a direita “vão caçar ele e Gleisi Hofmann (presidente do PT)”. Ele também ameaça o deputado Marcelo Freixo (PSB-RJ) e diz que os integrantes do Supremo devem sair do Brasil.

O investigado tem 46 anos,

foi candidato a vereador em Belo Horizonte em 2020, quando teve 189 votos. Ele se apresenta como “terapeuta” para dependentes químicos e mantém um canal no YouTube. No entanto, seus vídeos são repletos de xingamentos e ofensas a políticos de esquerda, a quem ele associa ao narcotráfico, e os ministros do STF, que, segundo ele, “mandam soltar esses vagabundos”. (LP)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



O Centrão esvazia a terceira via para ocupar seu lugar

Com a entrevista do presidente Jair Bolsonaro ao *Jornal Nacional* (TV Globo), ontem à noite — que pretendo comentar amanhã, porque escrevo antes que aconteça —, iniciamos uma semana na qual as propostas dos candidatos a presidente da República chegarão ao amplo conhecimento dos eleitores. Ciro Gomes (PDT) participará na terça; o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na quinta; e Simone Tebet (MDB), na sexta. André Janones (Avante), que seria entrevistado na quarta, retirou a candidatura. As entrevistas esquentarão o clima político. O horário eleitoral de propaganda obrigatória de rádio e tevê começará no dia 26, sexta-feira.

Enquanto a disputa pela Presidência monopoliza as atenções nacionais, a disputa eleitoral pelas 513 cadeiras da Câmara Federal e 51 assentos no Senado ocorre numa espécie de lusco-fusco: é acompanhada nos respectivos estados, mas não em seu conjunto, como deveria. É sempre assim, o balanço vem depois do primeiro turno, quando se avalia se houve muita ou pouca renovação. No Senado, com certeza, será limitada pelo fato de que está sendo disputado apenas um terço das cadeiras, uma vaga para cada um dos 26 estados e Distrito Federal; na Câmara, é possível que a renovação seja a menor dos últimos tempos, porque o processo eleitoral e seus mecanismos de financiamento foram blindados para dificultar ao máximo a renovação política.

Houve crescimento do número de candidatos, principalmente de mulheres e de negros, por causa da política de cotas e da obrigatoriedade de melhor distribuição de recursos para esses segmentos, mas isso não significa que haverá ampla renovação. A principal mudança será em relação aos partidos que não alcançarem a cláusula de barreira (2% dos votos válidos em todo o Brasil para a Câmara dos Deputados, ou 11 deputados federais eleitos, tudo isso em pelo menos nove Estados), que perderão o financiamento eleitoral e o acesso à propaganda gratuita de rádio e tevê. Isso também é uma contabilidade que ficará para depois do pleito.

A disputa pela Câmara é emulada pelo número de deputados de cada partido, que determina a distribuição do fundo eleitoral de R\$ 4 bilhões, sem falar no fundo partidário, que financia o funcionamento dos partidos. A performance dos partidos na eleição para a Câmara é a que tem maior peso na distribuição do fundo eleitoral. O resultado da eleição determinará a destinação de R\$ 4,9 bilhões em 2024, e igual valor, pelo menos, em 2026. Esses recursos do fundo estão por trás de todo o troca-troca de partidos que ocorreu na janela de filiação partidária e da capacidade de cada legenda estruturar suas chapas de candidatos proporcionais.

Quem tem a força

Dos 513 deputados atuais, 453 deputados federais tentarão a reeleição, o maior índice da história, certamente porque nunca tiveram condições tão favoráveis para a campanha. Historicamente, a taxa média de reeleição é 53%. Os números mostram que 33% dos candidatos nunca disputaram uma eleição e 44,5% já tentaram a carreira legislativa, mas não se elegeram para qualquer cargo. Dos 10.332 concorrentes, apenas 2.257 (21,8%) já exerceram algum cargo legislativo. O que está desequilibrando a disputa é a força do dinheiro à disposição dos deputados federais, além da liberação de verbas do “orçamento secreto” de R\$ 16 bilhões para compra de apoios.

O “orçamento secreto”, como são chamadas as emendas de relator do Orçamento da União, é uma ferramenta monopolizada pelo Centrão, operada pelo ministro da Casa Civil da Presidência, Ciro Nogueira (PP), e pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Os parlamentares que não estão na base governista estão em desvantagem. Como a liberação das verbas depende do Executivo, o apoio dos candidatos do Centrão à reeleição de Bolsonaro faz parte do pacote da reeleição, mas essa força de atração do governo como forma concentrada de poder é mitigada eleitoralmente pelo favoritismo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a expectativa de poder que isso gera, além dos arranjos políticos locais, nos quais os governadores, sobretudo os que disputam a reeleição, têm muito peso na armação das chapas proporcionais.

Manter o controle do Congresso e garantir a reeleição de parlamentares aliados fazem com que o Centrão, liderado pelo PP e pelo PL, avance em direção aos parlamentares dos partidos de centro-esquerda, incorporados à articulação majoritária da Câmara sem que, necessariamente, seus partidos apoiem Bolsonaro. Vem daí as dificuldades da construção de uma terceira via, cujo espaço político está sendo ocupado pelo Centrão, como uma força com política própria e poder de pressão sobre o governo, enquanto a polarização eleitoral reduz o campo de disputa dos votos indecisos. A possibilidade de romper essa lógica dependeria de um ambiente eleitoral mais aberto, como foi o de 2018, no qual os parlamentares com mandato teriam mais dificuldades de se eleger.

MANTER O CONTROLE DO CONGRESSO E GARANTIR A REELEIÇÃO DE PARLAMENTARES ALIADOS FAZEM COM QUE O CENTRÃO AVANCE EM DIREÇÃO AOS PARLAMENTARES DOS PARTIDOS DE OPOSIÇÃO